

Sumário

Prefácio à 1 ^a edição	9
Apresentação à 1 ^a edição	11
Nota introdutória à 1 ^a edição	13
Nota à 6 ^a edição	15
Índice de vídeos (<i>playlist</i>)	33

PARTE I TEORIA GERAL DAS LICITAÇÕES

Capítulo I Conceito, evolução e aplicabilidade

1. Conceito	39
2. Origem das licitações	40
3. Evolução histórico-normativa no direito brasileiro	46
4. Contratações públicas no Direito Comparado.....	52
4.1. União Europeia	53
4.1.1. Alemanha	55
4.1.2. França.....	58
4.1.3. Itália.....	60
4.2. Reino Unido.....	62
4.3. Estados Unidos da América	64
5. Pressupostos da licitação	66
5.1. Pressuposto lógico da licitação	66
5.2. Pressuposto jurídico da licitação	67
5.3. Pressuposto fático da licitação	67
6. Competência legislativa	68
6.1. Conteúdo da expressão constitucional “normas gerais”	69
7. Obrigatoriedade de licitação	70
7.1. Abrangência do imperativo constitucional que obriga a realização de licitações pú- blicas	71
7.1.1. Conselhos de fiscalização de profissões	72
7.1.2. Ordem dos Advogados do Brasil.....	74
7.2. Inaplicabilidade do imperativo constitucional que obriga a realização de licitações públicas	76
8. Âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/2021	78
8.1. Restrições ao regime jurídico da Lei de Licitações e Contratos Administrativos	80
8.2. Regras de transição para aplicação exclusiva do atual Estatuto sobre Licitações e Contratações PÚblicas	81

8.2.1.	Simplificação e uniformização da regulamentação infralegal	84
8.2.2.	Prazo de transição especial aplicável aos municípios de pequeno porte.....	84
9.	Objetivos	85
10.	Fases do processo de licitação	85
10.1.	Inversão entre as fases de apresentação das propostas e lances, julgamento e habilitação.....	86
10.2.	Preferência pela forma eletrônica.....	87

Capítulo II

Princípios e garantias processuais

1.	Introdução.....	89
2.	Princípio da legalidade.....	91
2.1.	Recusa em cumprir leis ou atos normativos reputados inconstitucionais	92
3.	Princípio da impessoalidade	95
4.	Princípio da igualdade	96
5.	Princípios da moralidade e da probidade administrativa	98
6.	Princípio da publicidade.....	100
7.	Princípios da eficiência e da eficácia	101
8.	Princípio do interesse público	102
9.	Princípio do planejamento	104
10.	Princípio da transparência	106
11.	Princípio da segregação de funções.....	107
12.	Princípio da motivação.....	110
13.	Princípio da vinculação ao edital.....	113
14.	Princípio do julgamento objetivo	114
15.	Princípio da segurança jurídica	116
16.	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	116
17.	Princípio da competitividade.....	118
18.	Princípio da celeridade	119
19.	Princípio da economicidade.....	120
20.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	121
21.	Observância das disposições sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público	123
21.1.	Decisão com base em conceitos jurídicos indeterminados	124
21.2.	Proporcionalidade na aplicação de sanções a agentes públicos	125
21.3.	Modulação dos efeitos das decisões que estabeleçam nova interpretação ou orientação.....	126
21.4.	Flexibilização do princípio da legalidade e transação de direito público	128
21.5.	Diretrizes para a responsabilização do gestor público	129
21.6.	Previsão de realização de consultas públicas.....	131
21.7.	Dever de atuação para ampliação da segurança jurídica	132
22.	Princípio da adjudicação compulsória.....	132
23.	Garantias processuais aplicáveis ao certame licitatório.....	133
23.1.	Formalismo moderado.....	133
23.2.	Processo administrativo eletrônico.....	135
23.3.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa	136

Capítulo III
Agentes públicos, licitantes e contratados

1. Introdução.....	139
2. Agentes públicos responsáveis pela condução dos certames	139
2.1. Agente de contratação, comissão de contratação e pregoeiro	143
2.2. Vedações impostas aos agentes públicos	145
2.3. Possibilidade de utilização do corpo jurídico da entidade para a formulação da defesa dos agentes estatais.....	147
3. Vedações à participação no certame e na execução contratual.....	150
3.1. Pessoa física ou jurídica responsável pela elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo	150
3.2. Pessoa física ou jurídica impossibilitada de participar da licitação em razão de sanção que lhe foi imposta	151
3.3. Pessoa que mantenha vínculo com dirigente ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização e gestão contratual	152
3.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	152
3.4.1. Participação de matriz e filial em licitações e na execução contratual	154
3.5. Empresas condenadas por exploração de trabalho infantil, condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes.....	157
4. Consórcios de empresas.....	158
5. Participação de cooperativas.....	160
6. Benefícios aplicáveis às microempresas e às empresas de pequeno porte	163
6.1. Processos licitatórios exclusivos ou prioritários	165
6.2. Critérios de desempate e possibilidade de reformulação da proposta apresentada....	166
6.3. Possibilidade de regularização de vícios na documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista	166
7. Margem de preferência para bens e serviços nacionais ou sustentáveis	168
7.1. Regulamentação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional	170
7.2. Âmbito de aplicação do Decreto nº 11.890/2024.....	171
7.3. Margem de preferência em razão da localidade de produção ou do domicílio de licitantes	172

Capítulo IV
Disposições setoriais

1. Introdução.....	175
2. Locação de imóveis.....	175
3. Licitações internacionais	176
4. Compras	178
4.1. Planejamento das compras.....	179
4.2. Parcelamento e adjudicação por itens ou por preço global.....	179
4.3. Prova de qualidade, exigência de amostras e indicação de marcas ou modelos	181
4.4. Padronização	184
4.5. Vedação à compra de artigos de luxo	185
4.5.1. Enquadramento dos bens de consumo para suprir as demandas da administração pública federal	187

5.	Serviços em geral	187
5.1.	Classificação	188
5.1.1.	Serviços comuns e serviços técnicos profissionais.....	189
5.1.2.	Serviços eventuais e serviços contínuos	190
5.2.	Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.....	193
5.2.1.	Conceito e surgimento	193
5.2.2.	A terceirização no âmbito da Administração Pública: surgimento e limites	193
5.2.3.	Características.....	195
5.3.	Princípios.....	198
6.	Execução indireta de obras e serviços de engenharia	199
6.1.	Empreitada por preço unitário	202
6.2.	Empreitada por preço global.....	203
6.3.	Empreitada integral	205
6.4.	Execução por tarefa.....	206
6.5.	Contratação semi-integrada	207
6.6.	Contratação integrada.....	208
6.6.1.	Restrição ao uso dos aditivos contratuais.....	210
6.6.2.	Principais críticas à contratação integrada.....	211
6.6.3.	Aplicabilidade da contratação integrada na atual Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	214
6.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado	216

PARTE II PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

Capítulo I Fase preparatória

1.	Introdução.....	221
2.	Planejamento	223
2.1.	Estudo Técnico Preliminar – ETP	224
2.2.	Termo de Referência – TR.....	226
2.3.	Anteprojeto, Projeto Básico – PB e Projeto Executivo – PE.....	227
3.	Centralização e padronização de contratações	230
3.1.	Histórico dos procedimentos de padronização e centralização.....	231
3.2.	A centralização das compras públicas na esfera federal	232
3.3.	A padronização das contratações públicas e o catálogo eletrônico de padronização	234
4.	Sistema informatizado de acompanhamento de obras.....	236
5.	Consulta pública e audiência pública	237
6.	Matriz de alocação de riscos.....	239
7.	Orçamento da contratação	243
7.1.	Critérios para a elaboração dos orçamentos	244
7.1.1.	Situação anterior à entrada em vigência da Lei nº 14.133/2021	246
7.1.2.	Pesquisa dos valores com base em bancos de preços.....	248
7.1.3.	Pesquisa dos valores com base em contratações similares	249
7.1.4.	Parametrização com base em sistemas referenciais ou publicações técnicas especializadas	250

7.1.5.	Pesquisa dos valores praticados pelo mercado	250
7.1.6.	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas	251
7.1.7.	Avaliação da composição dos custos unitários da obra e do custo global, mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica	251
7.1.8.	Parametrização com base em contratações semelhantes, nas hipóteses de contratações singulares	254
7.1.9.	Parametrização com base na cotação de mercado no momento da contratação	255
7.2.	Divulgação dos orçamentos	256

Capítulo II **Modalidades de licitação**

1.	Introdução.....	261
2.	Pregão	262
2.1.	Surgimento e evolução no direito brasileiro.....	263
2.2.	Obrigatoriedade de utilização do pregão	264
2.3.	Bens e serviços comuns	265
2.4.	Utilização do pregão para obras e serviços de engenharia.....	267
2.5.	Utilização do pregão no processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.....	270
2.6.	Aspectos procedimentais	272
3.	Concorrência	274
3.1.	Critérios de julgamento.....	276
3.2.	Possibilidade de utilização da concorrência nas hipóteses de registro de preços e concessões.....	277
4.	Concurso	278
4.1.	Critério de julgamento	279
4.2.	Prazo para a apresentação dos trabalhos	279
4.3.	Aspectos procedimentais	280
4.4.	Comissão julgadora	281
5.	Leilão.....	282
5.1.	Aspectos procedimentais	283
6.	Diálogo competitivo.....	285
6.1.	Surgimento	286
6.2.	Aplicabilidade.....	288
6.3.	Aspectos procedimentais	289
6.3.1.	Comissão de contratação e controle	289
6.3.2.	Fase de diálogo	290
6.3.2.1.	Realização do diálogo em fases sucessivas.....	291
6.3.3.	Fase competitiva.....	292
6.4.	Utilização do diálogo competitivo para contratação de concessões e PPPs.....	293

Capítulo III **Fase externa**

1.	Introdução.....	295
2.	Divulgação do edital de licitação	296

2.1.	Conceito e natureza	296
2.2.	Cláusulas	297
2.3.	Adoção de minutas padronizadas	298
2.4.	Promoção de políticas públicas na área social e implantação de programa de integridade (<i>Compliance</i>)	298
2.5.	Transferência da responsabilidade por licenciamentos ambientais e desapropriações.....	300
2.6.	Obrigatoriedade da inclusão de cláusula contendo critérios para o reajuste de preços	301
2.7.	Parecer da assessoria jurídica.....	301
2.7.1.	Papel da assessoria jurídica na presente Lei de Licitações	302
2.7.2.	Natureza do parecer jurídico	303
2.7.3.	Possibilidade de responsabilização de parecerista	304
2.8.	Publicidade do edital	306
2.9.	Impugnação, pedido de esclarecimentos e representação	308
2.10.	Republicação do edital.....	309
3.	Apresentação de propostas e lances.....	310
3.1.	Prazos mínimos para apresentação de propostas e lances	310
3.2.	Modos de disputa.....	311
3.2.1.	Modo de disputa fechado	311
3.2.2.	Modo de disputa aberto	312
3.2.3.	Modo de disputa combinado fechado/aberto.....	313
3.2.4.	Modo de disputa combinado aberto/fechado.....	314
3.3.	Lances intermediários e reinício da disputa.....	314
3.4.	Fase competitiva nas licitações por menor preço ou maior desconto em âmbito federal.....	315
3.4.1.	Apresentação e parametrização das propostas	316
3.4.2.	Abertura da sessão pública e envio de lances	317
3.5.	Possibilidade de exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação	320
4.	Julgamento	321
4.1.	Proposta manifestamente inexequível.....	323
4.2.	Critérios de desempate	326
4.2.1.	Possibilidade de sorteio.....	329
4.3.	Negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas após a classificação provisória das propostas.....	330
4.4.	Critérios de julgamento.....	331
4.4.1.	Menor preço	332
4.4.1.1.	O problema da adjudicação pelo menor preço	332
4.4.2.	Maior desconto	336
4.4.3.	Melhor técnica ou conteúdo artístico	338
4.4.4.	Técnica e preço	339
4.4.4.1.	Aspectos procedimentais relativos às licitações de melhor técnica e técnica e preço	341
4.4.4.2.	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual nas áreas de engenharia e arquitetura.....	342

4.4.5.	Maior retorno econômico.....	343
4.4.6.	Maior oferta de preço	345
4.4.7.	Maior lance	346
5.	Habilitação	347
5.1.	Disposições gerais sobre a fase de habilitação	349
5.1.1.	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação	349
5.1.2.	Apresentação dos documentos de habilitação.....	350
5.1.3.	Momento da exigência dos documentos relativos à regularidade fiscal	351
5.1.4.	Demonstração do cumprimento das exigências de reserva de vagas para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.....	351
5.1.5.	Declaração de que a proposta comprehende a integralidade dos custos trabalhistas	352
5.1.6.	Vistoria técnica.....	352
5.1.7.	Substituição ou apresentação de novos documentos	354
5.1.8.	Formas e dispensa da apresentação dos documentos de habilitação	356
5.1.9.	Habilitação de empresas estrangeiras	358
5.1.10.	Autorização para substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.....	359
5.2.	Habilitação jurídica	360
5.3.	Habilitação técnica.....	362
5.3.1.	Qualificações técnico-profissional e técnico-operacional	364
5.3.2.	Registro de profissionais, empresas e atestados no conselho profissional competente	365
5.3.2.1.	Exigência do registro de atestados.....	366
5.3.2.2.	Obrigação de visto no Crea e quitação de anuidades.....	367
5.3.2.3.	Natureza do vínculo profissional entre o responsável técnico e a empresa	369
5.3.3.	Fatores admissíveis para demonstração de habilitação técnica	369
5.3.3.1.	Atividades anteriores: relevância, similaridade e identidade de objetos	369
5.3.3.2.	Quantitativos mínimos anteriores	372
5.3.3.3.	Prazo mínimo de execução contratual anterior	374
5.3.3.4.	Modo de comprovação	374
5.3.3.5.	Consórcios de empresas	375
5.3.3.6.	Relação de compromissos assumidos	376
5.3.3.7.	Subcontratação	377
5.3.4.	Indicação, qualificação e substituição do pessoal técnico	377
5.3.5.	Disponibilidade de instalações e equipamentos.....	379
5.3.6.	Demonstração do atendimento de requisitos previstos em lei especial.....	380
5.3.7.	Declaração de ciência das condições de execução contratual	382
5.3.8.	Exigência de certificações no padrão ISO (Organização Internacional de Normalização).....	382
5.4.	Habilitações fiscal, social e trabalhista.....	384
5.4.1.	Habilitação fiscal.....	385

5.4.1.1.	Regularidade fiscal de matriz e filial.....	386
5.4.1.2.	Regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal em certames federais	387
5.4.2.	Habilitação social.....	389
5.4.3.	Habilitação trabalhista	389
5.4.4.	O problema da ausência de exigência de certidões criminais	391
5.5.	Habilitação econômico-financeira	393
5.5.1.	Balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis	394
5.5.1.1.	Validade dos documentos contábeis	395
5.5.1.2.	Balanços patrimoniais intermediários.....	397
5.5.1.3.	Balanço de abertura	398
5.5.2.	Vedações à exigência de faturamento mínimo	398
5.5.3.	Índices contábeis.....	399
5.5.4.	Relação de compromissos assumidos.....	400
5.5.5.	Exigência de capital ou patrimônio líquido mínimos.....	401
5.5.6.	Certidão negativa de falência	402
6.	Fase recursal.....	404
6.1.	(Des)necessidade de motivação da intenção de interpor recurso	406
6.2.	Efeitos dos recursos administrativos	407
6.3.	Manifestação prévia da assessoria jurídica.....	408
7.	Homologação.....	408
7.1.	Determinação do saneamento de irregularidades.....	410
7.2.	Revogação e anulação	411
7.2.1.	Contraditório e ampla defesa.....	413
7.3.	Adjudicação e homologação.....	414

Capítulo IV **Hipóteses de não realização do certame licitatório**

1.	Introdução.....	417
2.	Disposições gerais sobre dispensa e inexigibilidade de licitação.....	418
3.	Inexigibilidade de licitação.....	419
3.1.	Contratação com fornecedor exclusivo	421
3.2.	Contratação de artistas consagrados	422
3.3.	Contratação de serviços de empresas ou de profissionais de notória especialização	423
3.3.1.	Requisitos para a contratação direta	424
3.3.2.	Inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços jurídicos.....	426
3.4.	Credenciamento.....	428
3.5.	Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da Administração Pública	429
4.	Dispensabilidade de licitação.....	430
4.1.	Obras, serviços e compras de pequeno valor	434
4.2.	Licitação anterior deserta ou fracassada.....	436
4.3.	Contratação de bens, serviços alienações ou obras com características peculiares....	438
4.3.1.	Aquisição de componentes ou peças originais	438
4.3.2.	Aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional	439

4.3.3.	Aquisições para pesquisa e desenvolvimento	439
4.3.4.	Transferência de tecnologia e licenciamento de direito de criação protegida.....	440
4.3.5.	Compra de hortifrutigranjeiros, pães e gêneros perecíveis	441
4.3.6.	Contratação de bens ou serviços que envolvam alta complexidade tecnológica e defesa nacional	442
4.3.7.	Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	443
4.3.8.	Aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior.....	444
4.3.9.	Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas e tropas.....	444
4.3.10.	Contratação de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.....	445
4.3.11.	Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.....	446
4.3.12.	Contratação de serviços, locação ou aquisição de equipamentos destinados a investigação criminal visando à proteção do sigilo da investigação	447
4.3.13.	Aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras	448
4.4.	Contratações que incentivem a inovação e a pesquisa científica e tecnológica.....	449
4.5.	Comprometimento da segurança nacional.....	450
4.6.	Guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem	451
4.7.	Emergência ou calamidade pública	453
4.8.	Contratação de bens ou serviços com entidade que integre a Administração Pública	457
4.9.	Intervenção, pela União, no domínio econômico	457
4.10.	Celebração de contrato de programa para a prestação de serviços públicos de forma associada	458
4.11.	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS.....	459
4.12.	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação dos critérios de técnica	460
4.13.	Contratação de entidade sem fins lucrativos para a prestação de serviços por pessoas com deficiência.....	461
4.14.	Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	463
4.15.	Contratações para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundações de apoio.....	465
4.16.	Contratações para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	466
4.17.	Contratações para a implementação do “Programa Cozinha Solidária”	466
5.	Dispensa de licitação	467
5.1.	Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias	468
5.1.1.	Dação em pagamento	469
5.1.2.	Doação	470
5.1.3.	Permuta.....	471

5.1.4.	Investidura.....	472
5.1.5.	Venda, concessão de título de propriedade ou de direito real de uso a outra pessoa que integre a Administração Pública.....	473
5.1.6.	Alienação de imóveis para atender a programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social	473
5.1.7.	Legitimação de posse, concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis comerciais.....	474
5.1.8.	Regularização fundiária de interesse social de terras públicas rurais pertencentes à União e ao Incra.....	475
5.1.9.	Legitimação de posse em terras devolutas da União tornadas produtivas ...	476
5.1.10.	Legitimação fundiária e legitimação de posse no âmbito da Regularização Fundiária Urbana – Reurb	477
5.2.	Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias.....	477
5.2.1.	Doação para fins e uso de interesse social	478
5.2.2.	Permuta.....	479
5.2.3.	Venda de ações por meio de bolsa de valores	479
5.2.4.	Venda de títulos.....	480
5.2.5.	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública	480
5.2.6.	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível para quem os vende	481

Capítulo V

Procedimentos auxiliares

1.	Introdução.....	483
2.	Credenciamento	483
2.1.	Contratações paralelas e não excludentes	484
2.2.	Contratações com seleção a critério de terceiros	484
2.3.	Contratações em mercados fluídos	485
2.4.	Aspectos procedimentais	486
3.	Pré-qualificação.....	487
3.1.	Aplicabilidade.....	489
3.2.	Aspectos procedimentais	490
4.	Procedimento de manifestação de interesse – PMI	491
4.1.	Aspectos procedimentais	492
5.	Sistema de registro de preços – SRP.....	494
5.1.	Aplicabilidade.....	495
5.2.	Edital de licitação para registro de preços	495
5.2.1.	Quantitativos máximos.....	496
5.2.2.	Quantitativos mínimos	497
5.2.3.	Critérios de julgamento e de adjudicação	498
5.2.4.	Preços registrados	499
5.2.5.	Vedações a duplicidade de atas	501
5.3.	Natureza jurídica do registro de preços	501
5.4.	Vigência da ata e redimensionamento dos quantitativos registrados	502
5.5.	Intenção de registro de preços – IRP	503

5.5.1.	Divulgação da intenção de registro de preços.....	503
5.5.2.	Adesão a ata de registro de preços.....	504
5.5.2.1.	Limites quantitativos nas adesões a atas de registro de preços	505
6.	Registro cadastral unificado.....	506
6.1.	Inscrição dos interessados e participação em licitações.....	507
6.2.	Registro e avaliação do histórico da contratada.....	508
6.3.	A experiência do direito italiano	509

PARTE III

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I

Teoria geral dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	517
2.	Natureza jurídica	518
3.	Conceito	518
3.1.	Contratos de Direito Privado da Administração Pública	519
4.	Características	520
4.1.	Bilateralidade.....	520
4.2.	Estabilidade	520
4.3.	Onerosidade	521
4.4.	Comutatividade.....	521
4.5.	Celebração <i>intuitu personae</i>	521
4.6.	Formalidade.....	521
5.	Espécies de ajustes administrativos	522
5.1.	Contrato de obra pública.....	522
5.2.	Contrato de serviço.....	524
5.3.	Contrato de compra	525
5.4.	Contrato de locação	525
5.5.	Contrato de concessão de direito real de uso	526
5.6.	Concessão ou permissão de uso de bem público	526
5.7.	Alienação	528
5.8.	Contrato de eficiência.....	528
5.9.	Contratos públicos sujeitos às normas específicas	528
5.9.1.	Contrato de concessão de serviço público em sentido estrito.....	529
5.9.2.	Contrato de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.....	530
5.9.3.	Contrato de concessão patrocinada.....	531
5.9.4.	Contrato de concessão administrativa	532
5.10.	Convênios e outras espécies de avenças administrativas.....	532
5.10.1.	Contrato de gestão	533
5.10.2.	Termo de parceria	535
5.10.3.	Contrato de programa	535
6.	Controle das contratações	536
6.1.	Processo de fiscalização.....	537
6.2.	Critérios para fiscalização e análise do sobrepreço em obras públicas.....	538

6.3.	Suspensão cautelar do certame	539
6.4.	Orientações emanadas pelo TCU	540
6.5.	Escolas de contas	541
7.	Portal Nacional de Contratações Públcas – PNCP	541
7.1.	Aplicabilidade	542
7.2.	Informações disponíveis	542
7.3.	Funcionalidades	543
7.4.	Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públcas	544
7.5.	Perspectivas	544
7.6.	Regras de transição para municípios de pequeno porte	545
7.7.	Divulgação em Diário Oficial, jornal diário e em sítio eletrônico	546
8.	Formalização dos contratos	547
8.1.	Instrumento de contrato	547
8.2.	Outros documentos contratuais	547
8.3.	Contrato verbal e assunção de obrigação sem cobertura contratual	548
8.4.	Convocação para formalização da avença	549
8.4.1.	Sanção pela negativa de celebração da avença	549
8.4.2.	Convocação dos remanescentes para formalização da avença	550
8.5.	Requisitos para formalização	551
8.6.	Divulgação das contratações e aditamentos no PNCP	552
8.7.	Cláusulas necessárias	553
8.7.1.	Cessão do direito ao aproveitamento econômico	555
9.	Garantias	557
9.1.	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública	558
9.2.	Seguro-garantia	559
9.3.	Fiança bancária	560
9.4.	Título de capitalização	560
9.5.	Percentuais ordinários	561
9.6.	Percentuais máximos admitidos nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto e a cláusula de retomada	561

Capítulo II

Execução e fiscalização dos contratos administrativos

1.	Introdução	565
2.	Cláusulas exorbitantes	565
2.1.	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimplenti contractus</i>	567
3.	Alteração dos contratos	568
3.1.	Alterações unilaterais	568
3.1.1.	Limites para as alterações unilaterais	568
3.1.2.	Alterações unilaterais quantitativas e qualitativas	570
3.2.	Alterações por acordo entre as partes	572
3.2.1.	Alterações qualitativas por acordo entre as partes nos contratos de obras e serviços	572
4.	Duração dos contratos	573
4.1.	Contratos de serviços e fornecimentos contínuos	575

4.2.	Contratos que envolvam inovação e incentivo à pesquisa científica e tecnológica, segurança nacional e produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS.....	577
4.3.	Serviços públicos em regime de monopólio.....	578
4.4.	Contratos que gerem receita e de eficiência	578
4.5.	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes na área de tecnologia da informação.....	579
5.	Execução dos contratos.....	580
5.1.	Gestão e fiscalização	580
5.1.1.	Designação da equipe de fiscalização	581
5.1.2.	Principais atribuições do gestor e da equipe de fiscalização.....	582
5.1.3.	Preposto da contratada.....	584
5.2.	Responsabilidades do contratante.....	585
5.3.	Responsabilidades da contratada	585
5.3.1.	Reserva de cargos prevista em lei	586
5.3.2.	Reparação de danos causados à Administração e à terceiros	586
5.3.3.	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato	587
6.	Subcontratação	589
6.1.	(Des)necessidade de previsão expressa no edital e no contrato	590

Capítulo III **Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos**

1.	Introdução.....	593
1.1.	Contingências contratuais	594
1.1.1.	Contingências contratuais típicas e atípicas.....	594
1.1.2.	Contingências contratuais ordinárias e extraordinárias	595
1.2.	Cláusulas pacta sunt servanda e rebus sic stantibus	597
2.	Equilíbrio econômico-financeiro e sua relação com a matriz de alocação de riscos.....	598
2.1.	Alocação de riscos.....	602
3.	Reajustamento de preços e tarifas.....	603
4.	Repactuação	606
4.1.	Surgimento	606
4.2.	Aplicabilidade.....	607
4.3.	Datas-bases	607
4.4.	Procedimento	608
4.5.	Preclusão do direito à repactuação.....	609
4.6.	Nacionalização da jurisprudência sobre o tema	610
5.	Revisão.....	611
5.1.	Desequilíbrio contratual provocado pelo Poder Público	612
5.1.1.	Alteração unilateral	612
5.1.2.	Fato do princípio	613
5.1.3.	Fato da Administração	614
5.2.	Desequilíbrio contratual provocado por contingências externas	615
5.2.1.	Teoria da imprevisão, caso fortuito e força maior.....	615
5.2.2.	A pandemia de coronavírus (Covid-19) e o desequilíbrio contratual.....	617

Capítulo IV
Extinção dos contratos administrativos

1.	Introdução.....	619
2.	Recebimento do objeto	619
2.1.	Recebimento provisório	620
2.2.	Recebimento definitivo	621
2.3.	Ensaios, testes e provas que demonstrem a adequada execução contratual	621
2.4.	Possibilidade de rejeição do objeto contratual	622
2.5.	Responsabilidade civil do construtor, consultor e projetista.....	623
3.	Execução da despesa pública.....	627
3.1.	Empenho.....	628
3.2.	Liquidão	629
3.3.	Pagamento	630
3.3.1.	Ordem cronológica de pagamentos	631
3.3.2.	Pagamento em conta vinculada.....	632
3.3.3.	Obrigatoriedade do pagamento de valores incontroversos.....	633
3.3.3.1.	Restituição de valores indevidamente recebidos	634
3.3.3.2.	Retenção de pagamento.....	634
3.3.3.3.	Glosa de pagamento	636
3.3.4.	Remuneração variável vinculada ao desempenho	637
3.3.5.	Pagamento antecipado	637
4.	Extinção dos contratos administrativos.....	639
4.1.	Cumprimento do objeto ou decurso de prazo	639
4.2.	Nulidade dos contratos.....	639
4.2.1.	Requisitos para declaração de nulidade.....	640
4.2.2.	Efeitos temporais da declaração de nulidade	641
4.2.3.	Efeitos patrimoniais da declaração de nulidade	642
4.3.	Motivos para extinção dos contratos por iniciativa da Administração.....	642
4.3.1.	Descumprimento contratual direto	645
4.3.2.	Inobservância das determinações emanadas pelos agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.....	646
4.3.3.	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada.....	646
4.3.4.	Desaparecimento da contratada.....	647
4.3.5.	Caso fortuito e força maior	647
4.3.6.	Impasses relacionados ao licenciamento ambiental	648
4.3.7.	Adversidades relacionadas à liberação das áreas	649
4.3.8.	Razões de interesse público.....	650
4.3.9.	Inobservância das disposições concernentes à reserva de cargos.....	650
4.4.	Motivos para extinção dos contratos por iniciativa da contratada	651
4.4.1.	Supressão unilateral além do parâmetro legal	652
4.4.2.	Suspensão de execução por prazo superior a 3 (três) meses.....	652
4.4.3.	Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis	652
4.4.4.	Atraso dos pagamentos devidos à contratada.....	653
4.4.5.	Não liberação de área, local, objeto ou de fontes de materiais naturais.....	653
4.5.	Formas de extinção	654

4.5.1.	Extinção por ato unilateral e escrito da Administração.....	654
4.5.2.	Extinção em razão de distrato	655
4.5.3.	Extinção por decisão arbitral ou judicial.....	656
4.6.	Verbas devidas pela rescisão sem culpa da contratada.....	656
5.	Meios alternativos de resolução de controvérsias	657
5.1.	Mediação e conciliação.....	658
5.2.	Comitês de resolução de disputas.....	659
5.3.	Arbitragem.....	659
6.	Irregularidades na execução contratual.....	660
6.1.	Infrações administrativas.....	660
6.2.	Sanções administrativas	661
6.2.1.	Advertência	661
6.2.2.	Multa	662
6.2.2.1.	Multa moratória e compensatória	664
6.2.3.	Impedimento de licitar e contratar	664
6.2.3.1.	Alcance dos efeitos da sanção de impedimento de licitar e contratar	665
6.2.4.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	666
6.2.4.1.	Irretroatividade dos efeitos da declaração de inidoneidade	667
6.2.4.2.	Limitação temporal dos efeitos da declaração de inidoneidade....	668
6.2.4.3.	Possibilidade de aplicação de sanção de inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.....	669
6.3.	Processo administrativo para apuração de responsabilidades	669
6.3.1.	Finalidades	670
6.3.2.	Garantias processuais e cautelas a serem observadas.....	670
6.3.3.	Comissão de apuração de infrações administrativas	671
6.3.4.	Intimação para apresentação de defesa e produção de provas	672
6.3.5.	Prescrição	672
6.3.6.	Recursos.....	673
6.3.7.	Harmonização das infrações administrativas com o disposto na Lei Anticorrupção.....	674
6.3.8.	Inscrição das penalidades nos cadastros competentes	675
6.3.9.	Reabilitação do licitante ou contratada	676
7.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	677
7.1.	Desconsideração expansiva da personalidade jurídica na Lei de Licitações	678
7.2.	Posicionamento dos tribunais	680
	Referências bibliográficas	683